

Parlamentares mineiros já garantiram 70% das emendas

RELACÃO ENTRE PODERES

Mais de R\$ 1,3 bi já foram direcionados aos deputados e senadores. Levantamento do EM mostra como a verba foi gasta e compara com os primeiros seis meses dos anos de Bolsonaro

# Parlamentares de MG já têm 70% das emendas do ano empenhadas

BERNARDO ESTILAC E ÍGOR PASSARINI

A bancada mineira no Congresso Nacional inicia a segunda metade de 2023 com cerca de 73% das emendas individuais impositivas já empenhadas pelo governo federal. O percentual é mais que o dobro do observado na primeira metade de 2019, primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro (PL), que em seus quatro anos no Planalto, apenas superou a marca deste início de governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos anos eleitorais de 2020 e 2022. Os dados apontam para um cenário em que a dinâmica de repasse de verbas para deputados e senadores é orquestrada pela forma como os poderes se relacionam e os interesses eleitorais e de aprovação de projetos. A partir de levantamento feito nos sistemas de informação do Legislativo Federal, o Estado de Minas mostra como os parlamentares mineiros utilizam o dinheiro a eles previsto no orçamento e como funciona o pagamento, a alocação e o planejamento do montante do orçamento da União que fica sob responsabilidade dos congressistas.

Para 2023, conforme previsto a partir da Lei Orçamentária do ano anterior e da Emenda Constitucional 126/2022, a chamada PEC da Transição, cada um dos 53 deputados federais mineiros deve receber R\$ 32,1 milhões em emendas individuais e cada senador, R\$ 59 milhões. Na primeira metade do ano, R\$ 1,3 bilhão já foi empenhado, ou seja, já está reservado para os parlamentares e com utilização informada. Neste valor, R\$ 428 milhões já chegaram ao seu destino.

Na primeira metade de seu terceiro mandato na presidência, Lula já atendeu os parlamentares em mais de 70% do valor a eles garantido. Durante o governo Bolsonaro, esse percentual foi de 36%, em 2019; 77% em 2020; 49,5% em 2021; e 85,7% em 2022. Para especialistas ouvidos pela reportagem, essa variação tem explicações relacionadas aos interesses do Executivo e do Legislativo. O início deste ano foi marcado pela chegada de um governo de características amplamente distintas da gestão que o precedeu, o que incluiu uma agenda com pautas que demandam negociações extenuantes com os congressistas, como destaca o economista e secretário-geral da Associação Contas Abertas Gil Castello Branco.

"No Brasil, as emendas parlamentares constituem um instrumento de barganha política. Ainda que as emendas individuais e de bancada sejam de execução obrigatória, o momento da liberação dos empenhos tem forte correlação com votações consideradas importantes pelo Executivo. O atual governo tem procurado ampliar a sua base de apoio parlamentar no Congresso para aprovar o arcabouço fiscal, a reforma tributária e outras matérias do seu interesse. Assim sendo, não por acaso, na minha opinião, o valor empenhado em emendas parlamentares em julho de 2023 é o maior desde, pelo menos, desde 2019 (em valores absolutos, conforme demonstrado no quadro)", destacou o especialista.

A liberação recorde de emendas parlamentares antes de votações nevralgias para o governo como as reformas ministerial e tributária têm sido praxe neste ano. Ainda assim, o atual governo não empenhou, no primeiro semestre, percentuais mais altos do montante total disponível para deputados e senadores do que obser-



A partir da Lei Orçamentária do ano anterior, cada um dos 53 deputados federais mineiros deve receber R\$ 32,1 milhões em emendas individuais em 2023

EMENDAS PARA MINAS DIVIDIDAS POR ÁREA NO 1º SEMESTRE

POR ÁREA	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
EDUCAÇÃO	5,1 milhões	1,4 milhão
AGRICULTURA	21,6 milhões	245,7 mil
ASSISTÊNCIA SOCIAL	61,4 milhões	48,5 milhões
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0	0
COMERCIO E SERVIÇOS	407 mil	0
COMUNICAÇÕES	0	0
CULTURA	299 mil	0
DEFESA NACIONAL	276 mil	115 mil
DESPORTO E LAZER	3,8 milhões	0
DIREITOS DA CIDADANIA	2,2 milhões	0
ENCARGOS ESPECIAIS	554,8 milhões	0
GESTÃO AMBIENTAL	0	0
INDÚSTRIA	0	0
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1,4 milhões	0
SANEAMENTO	0	0
SÁUDE	793,7 milhões	372,6 milhões
SEGURANÇA PÚBLICA	0	0
TRABALHO	1,3 milhões	0
TRANSPORTE	0	0
URBANISMO	0	0
TOTAL	1,4 bilhão	422,9 milhões

Fonte: Siga Brasil/Portal do Orçamento/Senado Federal

O PESO DE CADA PARTIDO NAS EMENDAS PARA MINAS NO 1º SEMESTRE

PARTIDO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)
PL	215 milhões	57 milhões
PT	141,9 milhões	69,5 milhões
UNIÃO	79 milhões	12,2 milhões
AVANTE	82,8 milhões	30 milhões
MDB	56,8 milhões	21,3 milhões
NOVO	22,2 milhões	7,4 milhões
PATRIOTA	50,6 milhões	15 milhões
POD	25,4 milhões	11,2 milhões
PROB	30,1 milhões	14,4 milhões
PP	147,8 milhões	23,9 milhões
PRB	68,5 milhões	25,297668,1
PSB	28,2 milhões	2,4 milhões
PSC	26,4 milhões	10,4 milhões
PSD	187 milhões	85 milhões
PSDB	73,9 milhões	28,2 milhões
PSOL	12,9 milhões	1,1 milhão
PV	25,7 milhões	2,3 milhões
SD	2 milhões	6,1 milhões
CIDADANIA	0	0
S/PARTIDO	151 milhões	0
SOLIDARIEDADE	0	0
PcdoB	0	0
DEM	0	0
PROS	0	0
TOTAL	1,4 bilhão	422,9 milhões

Fonte: Siga Brasil/Portal do Orçamento/Senado Federal[19:25, 13/08/2023]

EMENDAS INDIVIDUAIS PARA MG: QUANTO JÁ HAVIA SIDO DISTRIBUÍDO NO 1º SEMESTRE DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

ANO	TOTAL DISPONÍVEL (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO	PERCENTUAL LIQUIDADADO
2019	863,3 milhões	36,03%	12,19%
2020	892,6 milhões	77,17%	52,17%
2021	911,6 milhões	49,53%	14,58%
2022	1 bilhão	85,67%	60,77%
2023	1,8 bilhão	72,94%	22,78%

Fonte: Siga Brasil/Portal do Orçamento/Senado Federal

vado em 2020, ano de eleições municipais, e 2022, ano de eleições gerais. Novamente, esse é um cenário explicado pelo contexto de negociação entre os congressistas e o governo federal e que tem um componente de calendário a mais, como explica Victor Ditz, assessor orçamentário na Câmara dos Deputados há quase uma década. "Ano de eleição é atípico, pois muitos parlamentares apresentam emendas em ações de execução 'mais fácil' para tentar empenhar, liquidar e entregar o máximo possível antes do início da votação eleitoral, que acontece 90 dias antes do 1º turno, no começo de julho", explicou a reportagem.

Vale lembrar que as emendas parlamentares são mecanismos previstos na Constituição para destinar aos deputados e senadores parte do orçamento federal. Os congressistas apresentam pedidos aos ministros, que analisam as condi-

ções apresentadas com valores e destinação e decidem pela liberação das cifras. A emenda empenhada é aquela que já tem os recursos reservados pelo governo para a demanda específica do parlamentar.

**BANCADAS** Além das emendas individuais, gerenciadas por cada parlamentar em separado, há também as de bancada estadual e as de comissão, organiza-

das pelos congressistas de acordo com a composição de cada grupo. Todos esses tipos têm cifras já previstas no orçamento definido no ano anterior a partir de cálculos determinados em lei. Essas são as chamadas emendas impositivas, cujo pagamento é obrigatório. Em levantamento feito a partir das emendas apresentadas por parlamentares mineiros em 2023 no painel de execução de

emendas do sistema Siga do Senado Federal e analisando todas as que foram destinadas a Minas Gerais a partir da área da verba, a saúde é a prioritária, com R\$ 795 milhões dos R\$ 1,4 bilhões empenhados. O mineiro está de acordo com o que determina a lei, uma vez que 50% das emendas devem ser necessariamente destinadas a investimentos sanitários. O resto da verba é de livre emprego.

Em Minas, os encargos especiais, quando a finalidade da verba não se encaixa nos destinos padronizados, ficam na segunda colocação com cerca de R\$ 554 milhões empenhados: a área é seguida pela assistência social, com R\$ 61 milhões, depois por agricultura, com R\$ 21 milhões; e por educação, com 5 milhões.

**PEC** A Proposta de Emenda à Constituição número 32/2022, conhecida como PEC da Transição - entre os governos Bolsonaro e Lula - impacta diretamente no orçamento dos parlamentares para 2023. A partir dela, e por meio da Emenda Constitucional nº 126/2022, o percentual destinado para as emendas individuais impositivas saltou 0,8%, passando de 1,2% para 2% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Outra alteração, foi o fim da paridade entre os valores recebidos por deputados federais e senadores, que passou a ser, respectivamente, de 1,55% e 0,45%. Com a nova divisão, em 2023, cada representante da Câmara terá R\$ 32,1 milhões e cada senador R\$ 59 milhões. Antes da PEC, o valor estipulado para este ano era de R\$ 19,7 milhões.

Vale ressaltar que estas alterações não estão vinculadas a nenhum prazo e, portanto, são consideradas permanentes para os próximos cálculos anuais. "Há várias regras de temporalidades diferentes na PEC da Transição e a maioria vale apenas para este ano", explicou um especialista jurídico consultado pela reportagem.

A alteração definitiva de aumento do repasse ajuda a explicar o apoio recebido pelo presidente Lula na aprovação da PEC, em dezembro de 2022. Já o percentual de emendas empenhadas no primeiro semestre, de quase 73%, mostra que o petista já usou boa parte do poder de barganha proporcionado pelo recurso.

